



Comunicação, Discurso e Resistência: a prática ciberativista de mulheres indígenas no Facebook

HELEN PICANÇO

Resumo

Com o surgimento da internet em 1969, houve uma grande mudança na forma de comunicação humana. Foi possível, por exemplo, reunir, com facilidade, um grande número de pessoas, em um curto período de tempo, num espaço virtual, para debaterem um assunto. Assim, muitos grupos, considerados excluídos pela grande mídia, viram na cibercomunicação uma oportunidade de exporem opiniões, ideias e, até mesmo, reivindicarem direitos. Diante desse cenário, delimitou-se para estudo o discurso de mulheres indígenas na rede social Facebook, a fim de compreender quais são as Formações Discursivas (FD) a que seus discursos se filiam, enquanto sujeito-discursivo em espaços virtuais, e verificar se há convergência entre a posição do sujeito-discursivo e o lugar social do sujeito empírico. Para isso, selecionaram-se quatro publicações de duas líderes indígenas para compor o *corpus* de estudo e utilizou-se a Análise do Discurso francesa como respaldo teórico-metodológico para a interpretação dos dados. Após análises, os resultados apontaram que, nos discursos estudados, há Formação Discursiva (FD) de defesa da igualdade de gênero e, principalmente, FD de defesa dos direitos indígenas. Isso demonstra que as mulheres indígenas em estudo se constituem como ciberativistas e utilizam o Facebook para promover debate em prol das causas indígenas. Há também uma correspondência entre o sujeito social e a posição sujeito presente nas postagens analisadas.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas; Ciberativismo; Facebook; Análise do Discurso

Abstract

With the advent of the internet in 1969, there was a major change in human communication. It became possible, for example, to easily bring together a large number of people, in a short period of time, in a virtual space, to debate a subject. Thus, many groups, considered to be excluded by the mainstream media, saw cyber communication as an opportunity to express opinions, ideas and even rights. In view of this scenario, this study analyses the discourse of indigenous women on the Facebook social network, in order to understand what are the Discursive Formations (DF) to which their discourses are affiliated as subject-discursive in virtual spaces and verify if there is convergence between the position of the discursive subject and the social place of the empirical subject. For this, four publications by two indigenous leaders were selected to compose the study corpus and the French Discourse Analysis was used as theoretical and methodological support for the interpretation of the data. After analysis, the results showed that, in the speeches under study, there is discursive formation (FD) in defense of gender equality and, mainly, FD in defense of indigenous rights. This demonstrates that the indigenous women in the study constitute themselves as cyberactivists and use Facebook to promote debate in favor of indigenous causes. There is also correspondence between the social subject and the subject position present in the analysed Facebook posts.

Keywords: Indigenous Women; Cyberactivism; Facebook; Discourse Analysis.

Introdução:

A partir do ano 1969, com surgimento da internet, a humanidade passou a presenciar inúmeras mudanças quanto aos modos de interação social. Esse advento não influenciou somente as formas de comunicação, mas também os costumes, lazer, consumos, condutas, bem como as relações dos indivíduos, como apontava Castells

(2007, p. 39), em *A Sociedade em Rede*: “com o surgimento da internet, haveria uma revolução tecnológica que remodelaria a base material da sociedade”. Uma dessas mudanças, especificamente, foi a maior democratização da informação, por atingir um número expressivo de pessoas, em curto período temporal. Grupos minoritários e excluídos socialmente viram a internet como um novo meio de se expressarem e de reivindicarem direitos. Vozes, quase sempre, restritas nas pautas dos grandes veículos de comunicação do Brasil. As plataformas digitais, cada vez mais, tornam-se um espaço público de reivindicações, permitindo opiniões e, conseqüentemente, unindo um determinado número de pessoas com algo em comum. Grupos se formam, e a rede se torna um campo discursivo muito produtivo, capaz de mexer com as estruturas sociais para além do campo virtual. Diante desse cenário, estudou-se o discurso de mulheres indígenas na rede social Facebook, a fim de compreender quais são as Formações Discursivas (FD) a que seus discursos se filiam enquanto sujeito-discursivo em espaços virtuais, bem como verificar se a posição sujeito discursivo converge com a posição social do sujeito empírico.

Cabe ressaltar que, devido à visão luso-brasileira constituída a partir da tradição europeia, as mulheres indígenas foram imaginadas e vistas por meio de estereótipos que vão da sexualização de seus corpos até a redução do seu papel à esfera doméstica. Desse modo, os espaços das redes sociais ganham destaque nessas iniciativas, pois as indígenas viram neste universo digital uma forma de serem visibilizadas e representadas perante à sociedade. Assim, temos um campo muito fértil para investigações científicas na área da linguagem e da comunicação.

Atualmente, seis líderes indígenas mulheres se destacam na mídia, a saber: 1) Sônia Bone Guajajara, integrante da etnia Guajajara; 2) Valdelice Veron, integrante da etnia Guarani Kaiowá; 3) Hushashu Yawanawá, integrante da etnia Yawanawá; 4) Daiara Tukano, integrante da etnia Tukano; 5) Renata Tupinambá, integrante da etnia Tupinambá e 6) Célia Xakriabá, membro da etnia Xakriabá. O critério de seleção privilegiou perfis que mais possuíam postagens envolvendo causas indígenas e também um número significativo de seguidores na rede social Facebook (com mais de 10 mil seguidores). Desse modo, as mulheres selecionadas para compor *o corpus* foram Sônia Guajajara e Célia Xakriabá. Ambas são figuras públicas reconhecidas como participantes assíduas em movimentos dos povos indígenas, representando-os em eventos e debates nacionais e internacionais, como a Jornada Sangue Indígena, em que as duas lideranças estavam a frente do movimento. Personalidades que passamos a apresentar a seguir.

Sonia Bone Guajajara, pertencente ao povo Guajajara/Tentehar, que habita a Terra Indígena Arariboia, no Maranhão. Formou-se em Letras e em Enfermagem e possui pós-graduação em educação especial. É coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e representou os indígenas brasileiros em vários eventos internacionais, como a Conferência do Clima em Paris, em 2015. No mesmo ano, foi premiada com a ordem do mérito cultural, do Ministério da Cultura. Em 2018, foi primeira indígena a concorrer à vice-presidente da república do Brasil. Atualmente a página oficial de Sônia Guajajara no Instagram possui 241 mil seguidores, na rede social Facebook (rede social selecionada para a pesquisa) possui 87.724 mil seguidores e o perfil pessoal é seguido por 36.017 pessoas.

Célia Nunes Corrêa, mais conhecida como Célia Xakriabá, é integrante do povo Xakriabá, do norte de Minas Gerais. Militante desde 13 anos de idade, participa ativamente de movimentos indígenas em prol de melhorias para seu povo. Tornou-se a primeira mulher indígena a representar os povos indígenas de Minas Gerais na Secretaria de Educação do Estado. Celia Xakriabá possui 30 mil seguidores no Instagram, 12.101 seguidores no perfil pessoal e 11.644 mil seguidores no perfil público.

Este artigo parte da apresentação, na seção 1, dos conceitos-chave da Análise do Discurso (AD). Depois, tratamos do movimento sociais indígenas, ciberativismo e representação feminina na seção 2. Por fim, fazemos a discussão do *corpus* de estudo e a apresentação dos resultados na seção 3. Em considerações finais, sistematizamos as conclusões a que a pesquisa chegou. Feito esses esclarecimentos, passemos a entender os conceitos da AD a partir dos autores Pêcheux (1997) e Orlandi (2002a).

2. Análise de Discurso: a base teórica para a reflexão sobre o discurso da mulher indígena na mídia

Nesta seção, apresentaremos o conceito de sujeito-discursivo, discurso, formação discursiva e formação ideológica na perspectiva teórica da AD, categorias elencadas para análise das postagens das mulheres indígenas nos seus perfis do Facebook. A escolha pela AD para respaldo teórico-metodológico deu-se pelo fato de que “na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2002, p. 15). Isto é, entendemos que o uso da língua constrói e reconstrói sentidos e, por isso, seria possível perscrutar quais novos sentidos estão sendo construídos no espaço virtual pelas próprias mulheres indígenas. Significações essas que modificam ou ressignificam a imagem indígena historicamente construída pelo olhar do outro.

A mulher é definida pelo homem e não por si mesma, tornando-se o *outro* do homem. As mulheres brancas, eram/são o *outro* do homem branco, ou seja, elas são aquelas que se contrapõem ao Sujeito (homem), logo, as mulheres negras e indígenas, em contraste não só com o homem e também com a mulher branca, tornaram-se o *Outro do Outro* (RIBEIRO, 2019). Atualmente na rede social facebook mulheres indígenas são sujeitos discursivos com voz própria e com espaço para se constituírem também como escritoras de sua própria história. Essas condições atestam que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2002, p. 46).

O primeiro conceito a se discutir é formação ideológica. Para Gregolin (2004), ideologia trata-se da relação criada pelo homem na psique com as condições materiais, reais de subsistência perante o que é internalizado como sociedade. Por meio das experiências vividas, a ideologia concretiza as relações sociais. Seguindo essa linha, todos os indivíduos são guiados por convicções, permitindo atestar ao que lhe é conveniente. As perspectivas que cada ser humano possibilita uma razão de existência, do que seguir, pelo que lutar. Crenças, valores, acreditar no que é certo ou errado, bem ou mal, ruim ou bom são orientados pelos pressupostos que acreditamos terem veracidade. Assim, ideologia é como essência do sujeito e dos sentidos. Em AD, utiliza-se o termo formação ideológica como aquele lugar que reúne as formações discursivas permeadas desses valores, crenças e historicidade ideológicas.

O segundo conceito a se discutir é formação discursiva (FD), que permite compreender as posições ideológicas em dado momento histórico em que os dizeres são produzidos, pois “as FDs são manifestações da FIs em uma situação de enunciação específica”. É, no discurso, que a ideologia se torna visível, fazendo sentido em dado momento e não em outro, esboçando-se nos ditos presentes e no já-dito. Dessa forma, podemos dizer que a FD é reguladora de sentidos, determinando o que o sujeito pode e não pode, deve e não deve dizer (COURTINE, 1982). Por isso, quando identificamos uma regularidade em determinados enunciados, podemos afirmar que estamos diante de uma FD. Segundo Sérgio Freire (2014, p.12):

entre FDs distintas podem ser estabelecidas tanto em relações de conflito quanto de aliança, dependendo das contingências. Daí se conclui que as FDs são abertas, estão sempre em movimento e em relações umas com as outras, se determinando mutuamente.

Os sentidos, nessa perspectiva, se concretizam nas formações discursivas, e estas permitem entender as ideologias que se materializam na língua, como afirma Orlandi (2002a, p. 43): “as formações discursivas (FD), por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas”. É por meio da formação discursiva que se torna possível compreender no discurso a diversidade de sentidos, mas isso só acontece devido ao fator contradição, a heterogeneidade presente em si, na qual se estruturam e se reestruturam constantemente. Isso permite que uma mesma palavra signifique diferentes sentidos em diferentes formações discursivas.

O terceiro conceito a ser trabalhado é posição-sujeito, que se refere “ao lugar de onde se fala e se produz sentido” (FREIRE, 2014, p. 6). É por meio da ideologia que se permite cristalizar o que se entende como sujeito. A forma-sujeito modifica-se de acordo com as relações sociais. Assim, o sujeito-discursivo é aquela “entidade” assumida num determinado discurso. Vejamos:

Quando falo a partir da posição de ‘mãe’, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala ‘Isso são horas?’ ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. Exatamente. Podemos até dizer que não é a mãe falando, é sua posição. Ela aí está sendo dita. E isso significa. Isso lhe dá identidade. Identidade relativa a outras: por exemplo na posição de professora, de atriz etc (ORLANDI, 2002, p. 49).

A posição-sujeito materializa os dizeres de uma formação discursiva assumida por ele, e isso que lhe dá identidade. Entretanto, destaca-se que o sujeito pode assumir mais de uma ou diferentes posições em um discurso, de modo a produzir efeitos de sentidos diferentes (COURTINE, 1982). Na concepção de Orlandi (2002, p. 17), “o sujeito, na AD, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso”. Perante esta perspectiva, analisar o objeto de estudo desta pesquisa pelo viés da AD constitui um gesto de compreender jogos de palavras, sentidos e as diversas interpretações de cada uma das publicações das indígenas em questão, de modo que vemos essas mulheres como sujeitos-discursivos, que carregam consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido.

Por fim, conceituamos discurso como “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2002, p.21). A língua é a possibilidade de sua materialização, ou seja, o texto falado ou escrito são entidades materiais, concretas, identificamos sua existência, por exemplo, ouvindo ou lendo. Já o discurso é uma entidade abstrata, práticas de pensamento, como nomeia Freire (2014). Temos apenas noções de sua existência pela sua tentativa de representação nos textos verbais e não verbais. Assim, a materialidade linguística de uma postagem é exemplo de texto e o seu conjunto de sentidos que provêm das FDs é o discurso (FOUCAUT, 1969).

Entendido os conceitos-chave da AD, passemos a explicar seu método de procedimento de análise. Ele possui as seguintes etapas: i) leitura dos textos. Para Freire (2014), o analista do discurso primeiro procede a uma leitura flutuante do material para que haja a primeira relação do analista com texto. Em seguida, o analista efetua uma leitura analítica, feita considerando três perguntas heurísticas: qual é o conceito presente no texto? Como o texto constrói o conceito análise? A que discurso pertence o conceito-análise construído da forma que o texto o constrói? Terminadas essas etapas, entendemos que se deva seguir para: i) seleção das sequências discursivas (SD) para estudo; ii) identificação da FD ou das FD's presente(s) nas SD's selecionadas; iii) interpretação dos sentidos presentes nas SD's e iv) demonstração das formações ideológicas (FI's) que constituem o discurso e sustentam o dizer. Essas etapas foram seguidas nesta investigação e permitiram responder a nossas questões-problema: *quais são as formações discursivas (FD's) a que o discurso do sujeito-discursivo se filiam? Há convergência entre o lugar social e a posição do sujeito ?*

3. Internet e movimentos sociais: o ciberativismo como forma de protagonismo e (re)existência indígena feminina nas redes

As organizações indígenas variam de acordo com cada comunidade e etnia. Na maioria, os cargos de lideranças eram/são constituídos por homens. Porém, assim como os demais povos brasileiros, tal hierarquia ocorreu devido à grande influência da tradição europeia no que se refere à superiorização do gênero masculino, visto que “exacerbaram e tornaram perversas e muito mais autoritárias as hierarquias que já continham em seu interior” (SEGATO, 2012, p. 114). Porém, com o tempo e empenho de diversas mulheres indígenas, a estrutura está a se modificar gradativamente, e muitas vêm conquistando espaço dentro e fora das comunidades. A mulher como símbolo de luta, defensora do seu povo, tanto em questões

ideológicas quanto estrutural ganha, cada vez mais, notoriedade no movimento indígena brasileiro. Nesse cenário, muitas líderes viram o facebook como uma ferramenta de mobilização e de visibilidade para que suas reivindicações ganhassem força e notoriedade, uma vez que diversas reuniões, manifestações e protestos mundiais são marcados via rede social.

Tal prática é conhecida como ciberativismo ou ativismo em rede ou ativismo digital. Tema constantemente debatido nos dias atuais, uma vez que o número de adeptos às manifestações e às reuniões marcadas pelas redes sociais elevou-se nos últimos anos. As pessoas se apropriam dos recursos existentes nas redes para mobilização e enfrentamento político, social e cultural (MILHOMENS, 2009). Pereira (2011) elucida que mobilizações como estas, debatidas em rede, chamam a atenção do poder público, que é obrigado a olhar para a situação, pois as manifestações ganham força, se apropriam das mídias sociais e geram discussões, podendo ganhar novas dimensões, muitas das vezes, maiores do que a inicial. Para Rigitano (2003), a internet se tornou a grande aliada dos ativistas, visto que atualmente é a principal rede de comunicação entre os diversos grupos. Essa prática ganha a cada dia mais adeptos, de modo a ter como objetivo “(...) buscar apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos on-line e off-line (RIGITANO, 2003, p. 3).

Um dos primeiros autores a abordar a temática, cujos estudos interligam-se ao da cibercultura, foi Manuel Castells (1999, 2001, 2003, 2013). O sociólogo espanhol explica que manifestações iniciadas na internet, “(...) como encontraram nela um meio apropriado de organização, esses movimentos abriram e desenvolveram novas avenidas de troca social” (CASTELLS, 2007, p.115). Contribuindo com os respectivos estudos, Vegh (2003) esclarece que os movimentos caracterizados como ciberativismo são politicamente motivados. O autor ainda propõe três categorias de classificação ciberativista, em que as organizações ou pessoas podem se autoidentificar.

A primeira categoria está relacionada à conscientização e à promoção de uma causa, que pauta e difunde informações e eventos não veiculados ou pouco notados pela grande mídia, como é caso de grupos excluídos socialmente e assuntos que não atendem à linha editorial e mercadológica das empresas atuais brasileiras (como é o caso dos negros, indígenas e quilombolas). Muitos grupos ganham voz e abordam problemáticas que, até então, eram pouco debatidas ou desconhecidas por muitos. Isso faz com que os temas ganhem vários adeptos. A segunda categoria trata das mobilizações que partem da internet. “A rede pode ser usada para convidar pessoas para uma ação off-line, a partir do envio de e-mails e de sites com data, local e horário de uma determinada mobilização (VEGH, 2003 p.74)”, como é o caso de eventos divulgados no Facebook. O usuário pode criar uma divulgação de um determinado evento e enviar para os diversos amigos, que, ao visualizar têm a opção de “confirmar presença”. Quanto à terceira categoria, trata-se da ação e da reação, com o chamado hacktivismo ou ativismo hacker, que, segundo Vegh (2003), engloba vários tipos de ações, como o apoio online e outras que podem ser definidas perante a lei como crimes, a saber: o caso de invasão ou congestionamento de sites, cibercrimes e ciberterrorismo. Esses tipos de iniciativas visam executar ações diretas (pela internet) proativas ou reativas, com o intuito de ir contra o sistema e chamar a atenção para suas causas. Como é o caso dos Anonymous, grupo que expôs dados pessoais e hackeou o sistema de autoridades norte-americanas neste ano de 2020.

Com base nessas definições, podemos afirmar que o ciberativismo praticado por mulheres indígenas pode ser classificado em duas das categorias citadas: a de conscientização de uma causa com pouca visibilidade na grande mídia e na realização de mobilizações que partem da internet e efetivam-se em encontros presenciais.

3. Discursos das lideranças Indígenas Sônia Guajajara e Célia Xakriabá

Iniciamos a pesquisa com o acompanhamento das redes sociais de **Sônia Bone Guajajara e Célia Xakriabá**, no período de novembro de 2016 a fevereiro de 2017 para selecionarmos postagens para análises. Os textos para análise foram coletados principalmente no mês de dezembro quando houve mais postagens, em decorrência de mudanças na presidência do Brasil, quando as políticas públicas voltadas aos povos indígenas se enfraqueceram devido a ações do Governo Temer, que aprovou algumas leis que atingem diretamente os direitos indígenas.

A primeira postagem selecionada da líder indígena Sônia Guajajara é do dia 4 de dezembro de 2016.

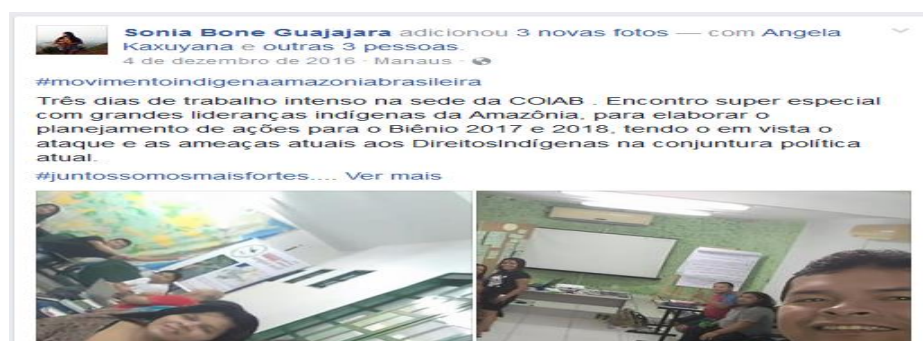


Figura 1 – Reunião com lideranças indígenas

Fonte: Facebook (2016).

Nessa postagem, a sequência discursiva (SD) *#movimentoindigenaamazoniabrasileira* é utilizada como *hashtag*, representado pelo símbolo # (jogo da velha ou cerquilha) para destacar a frase. O objetivo do *hashtag* é agrupar informações importantes de um mesmo tema ou assunto por meio de palavras-chave. O sujeito discursivo, ao utilizar essa ferramenta do Facebook, busca evidenciar que há um movimento indígena originário da região amazônica. Essa SD, somada à fotografia da postagem que reúne representantes indígenas, faz emergir o sentido de grupo, de união e ação conjunta, reforçando o sentido de planejamento em equipe para luta. O sujeito discursivo, nessa publicação, constrói-se como liderança política, de modo a instigar os demais a questionarem a atual situação política vigente e evidenciar que o indígena estão ativos participando de reuniões voltadas a questões políticas, Assim, constrói a sua imagem

e a dos indígenas como cidadão organizados em movimentos e em luta pelos seus direitos, uma vez que “as posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 1997, p. 59).

Outro aspecto que se destaca na postagem é a SD constituída pelo termo *ataque*, a qual ativa a memória discursiva, que “torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2002, p. 31). A memória discursiva, neste caso, remete ao sentido de uma execução de uma ação ofensiva, podendo ser violenta (AULETE, 1980). Desse modo, o sujeito do discurso faz referência à agressividade por parte do Governo, rememorando tempos de guerra, com a finalidade de impor supremacia ou salvaguardar interesses materiais ou ideológicos. O termo *ataque* mostra a FD a que o sujeito discursivo se filia. Assim, para o sujeito discursivo, a partir da experiência social e histórica dos povos indígenas ao qual pertence, o Governo está na posição ideológica anti-indígena, pois tenta reduzir direitos dos povos nativos já conquistados.

A SD constituída pelo termo *planejamento* filia-se à FD pró-indígena, pois remete a ações elaboradas pelos indígenas para o biênio 2016-2018. Dessa forma, fica evidente que o termo “*ataque*” faz parte de uma sequência discursiva que permite visualizar a formação discursiva a que o Governo está atrelado: destruição dos direitos indígenas, que remete à formação ideológica colonizadora, ou seja, da mesma forma que no passado usurparam os povos indígenas, no presente isso está se repetindo. Mas a sequência discursiva *planejamento*, justamente coloca essa liderança indígena em outra formação discursiva: luta pela manutenção dos direitos indígenas num claro conflito com a formação ideológica colonizadora.

Na SD “*Direitos indígenas na conjuntura política atual*”, o D de Direito é destacado com a inicial em letra maiúscula. Uma possível interpretação dessa marca linguística é o de chamar atenção para o momento histórico vivido por eles, quando o então presidente Michel Temer tentou aprovar um projeto para que fossem reajustadas as demarcações das terras indígenas (TI’s), o que as diminuiria em 80%. Em outras palavras, a expressão *Direito* aciona, via memória discursiva, os sentidos sobre direitos que todos os brasileiros têm, segundo a Constituição de 1988, e de que os indígenas por serem brasileiros fazem jus aos direitos constitucionais previstos. Logo, é possível perceber que o sujeito discursivo fala a partir de lugar discursivo que converge com o lugar social do

sujeito empírico Sônia Guajajara, isto, é etnicamente Sônia ocupa o lugar social de indígenas e, em sua postagem, a forma sujeito também se apresenta como indígena.

Passemos a análise da segunda postagem, publicada em dia 6 de dezembro de 2016:



Figura 2 – Lançamento do filme *Belo Monte depois da inundação*
Fonte: Facebook (2016).

A hidrelétrica de Belo Monte que se localiza em Altamira no estado do Pará trouxe vários impactos para a população que depende o rio Xingu, onde ela foi instalada. O rio passou a ter ritmo diferente, seca e enche como acontece com o mar, fenômeno conhecido como maré alta e maré baixa. As crianças estão proibidas de nadar no rio, pois a força das águas pode levá-las quando o rio enche. Além de mais de 30 mil pessoas, entre elas povos indígenas e ribeirinhos, terem perdido suas casas devido à inundação da área onde elas estavam localizadas e terem sua cultura impactada, principalmente pela proibição de sua atividade tradicional de subsistência, a pesca. Por isso, na SD “Lançamento do filme ‘Belo Monte depois da inundação’ Quais os próximos passos para impedir as 40 Hidrelétricas programadas para Amazônia para evitar que outros crimes sociais e ambientais se repitam??”, o sujeito discursivo se inscreve como ativista defensora do meio ambiente, tentando chamar a atenção do poder público para as irregularidades de empresas, em especial das hidrelétricas, que, sem vistorias regulares, ocasionam o comprometimento do escoamento natural do rio, a destruição de igarapés, alagamento permanente de áreas, o que leva a morte de milhares de árvores e além de as hidrelétricas aumentam a pressão para a desapropriação de terras indígenas e ribeirinhas, fazendo com que muitos se desloquem para a zona urbana, passando a uma vida de pobreza. A sequência discursiva aponta, portanto, para a preocupação com preservação do meio ambiente, formação ideológica (FI) que entra em conflito com a das hidrelétricas, pois elas se inscrevem na FI capitalista, em que o lucro vale mais que a preservação da natureza. Tal SD em estudo permite a leitura de que o Governo se ausenta do papel de protetor do meio ambiente e de mantenedor dos direitos constitucionais relacionados à proteção das terras indígenas, alvos de instalação de hidrelétricas.

AS SDs “impedir” e “evitar” remetem à FD de preservação do meio ambiente e localizam o sujeito discursivo como ciberativista desta causa. Ao mesmo tempo, reforça a imagem do indígena como defensor da natureza. As fotos na postagem que mostram várias lideranças numa mesa de evento

aparentemente debatendo o tem em estudo, mais uma vez, evidenciam os sentidos de união entre as lideranças indígenas e reforçam a FD de luta em conjunto. Assim, mais uma vez a FI anti-indígena está na base da atuação do Governo e o sujeito discursivo se inscreve na FI pró-indígena.

O segundo perfil analisado é de Célia Xakriabá. Na postagem do dia 12 de dezembro de 2016, no contexto de transição política no país, a liderança posta dizeres juntamente com o compartilhamento de uma foto (figura 4). Vejamos:



Figura 3 – Manifestação Indígena
Fonte: Facebook (2016).

Ao se apropriar do citado texto, o sujeito discursivo faz referência aos movimentos indígenas, bem como utiliza as palavras em maiúscula para destacar e reforçar o dito. Isso fortalece a ideia de que a luta indígena não cessará, de que não estão sozinhos na luta, haja vista que os povos vêm resistindo desde o século XX a enfrentamentos fundiários, mesmo com assassinatos de lideranças indígenas. Ao utilizar a sequência discursiva “*e por nenhum direito a menos*”, o sujeito discursivo faz referência à luta histórica dos povos indígenas pela terra, educação, saúde e contra o genocídio. Na SD “*nós somos sementes e quem é semente nunca estar somente*”, a palavra *semente* lembra origem, germinar, crescer e dar frutos, podendo significar que a força dos movimentos sociais indígenas, assim como a semente, vem crescendo, ganhando adeptos à causa. Portanto, o sujeito do discurso se inscreve no texto como ativista da causa indígena, havendo um alinhamento entre o sujeito empírico indígena e o sujeito discursivo ativista em prol da causa indígena.

Parte do discurso também é representado na imagem, em que os dizeres em vermelho acionam a memória discursiva, permitindo compreender que a cor vermelha

representa luta, revolução. A figura das mãos segurando a espada atravessada no corpo de uma mulher indígena com uma criança no braço indica que os próprios poderes que deveriam zelar pelo bem de todos, como estabelece a Constituição, são os que estão retirando o direito dos indígenas. Entende-se que a representatividade dos braços vestidos com ternos pressupõe que os que se julgam civilizados são os primeiros a realizar atrocidades, unidos para causar até mesmo a extinção dos indígenas. Sendo assim, o sujeito discursivo se inscreve como liderança indígena ativista, pois seu discurso denota o lugar social de sua origem étnica, fazendo com que fique evidente as questões ideológicas que o permeiam. A segunda postagem selecionada é do dia 06 de dezembro de 2016:

Ser ética sem perder a étnica! Considero que a nossa formação não foi e nem é apenas no meio acadêmico é também no movimento indígena. Embora reconhecemos que o espaço acadêmico nos empodera nos instrumentaliza para luta.
"Oupamos e estamos neste lugar com grande desafio de fazer o papel falar"
Valdeice Veron.



Figura 4 – Ser ética sem perder a étnica
Fonte: Facebook (2016).

Nos dizeres da liderança, o que chama a atenção logo de início é “*Ser ética*”, trazendo à tona a questão conceitual do discurso que ser ético significa “tudo que está em conformidade com os princípios de conduta humana; de acordo com o uso comum, os seguintes termos são mais ou menos sinônimos de ético: moral, bom, certo, justo, honesto” (BAUMHART, 1971, p. 344). Logo após a sequência discursiva “sem perder a étnica!”, o dizer aciona a memória discursiva sobre o fato de os povos indígenas terem sido reprimidos, sua forma de pensar, viver e ser não eram aceitos. Quanto à palavra étnica, derivada de etnia, caracteriza pessoas com origens e interesses comuns, com algum grau de solidariedade e coerência, unidas ou próximas por experiências compartilhadas (CASHMORE, 2000). Logo, o sujeito do discurso fala em resistência da étnica, ou seja, que vão lutar para manterem o modo de existir dos povos indígenas.

Dessa forma, juntando os dizeres, compreende-se que o sujeito do discurso se utiliza de valores respaldados pela sua cultura, mesmo inserida em uma cultura não-

indígena, não pertencente ao seu povo, uma vez que as ideologias se diferenciam. Em seguida, fala sobre formação acadêmica, mas não somente como forma de conhecimento, mas como ferramenta que potencializa o “*movimento indígena*”. Destaca que o conhecimento não se dá somente em sala de aula, mas nas ações referente às lutas da causa indígena. Para os indígenas, só fora possível ingressar em uma universidade no início da década de 90, quando propostas e parcerias com governos e instituições educacionais foram validadas. Isso fortaleceu o entendimento de políticas voltadas aos indígenas, reforçando os conhecimentos empíricos que possuem sobre o tema, tornando, assim, mais forte e resistente o movimento indígena.

A sequência discursiva: “*ocupamos e estamos neste lugar com grande desafio de fazer o papel falar*” aponta para o fato de o Brasil ser extremamente burocrático, no qual somente documentos escritos se fazem valer. Logo, o discurso teve por finalidade esclarecer que todo ensinamento recebido na universidade será utilizado para pôr em prática lutas e movimentos em prol da causa de seu povo (*fazer o papel falar*). E ainda aciona a memória discursiva de que os povos indígenas são da cultura da oralidade e de que a sociedade envolvente é grafocêntrica.

Na presente publicação, o sujeito-discursivo é interpelado/assujeitado ideologicamente pela formação discursiva científica, se inscreve como sujeito acadêmico, sabe das dificuldades dos indígenas em se ter acesso à educação. Seu discurso evidencia sua satisfação ao ver uma mulher indígena garantir um lugar na universidade, no que de fato, mostra o avanço no reconhecimento étnico dos indígenas, visto que, de acordo com o Censo de Educação Superior de 2017, 56,7 mil indígenas estão matriculados na universidade e 57% são mulheres. Logo, o sujeito do discurso fala do lugar de acadêmico, sendo a educação mais uma forma de luta dos povos da floresta.

4. Considerações Finais

Por meio das análises, há a compreensão de que a posição sujeito assumida é de liderança e de ciberativista dos direitos indígenas, evidenciando que o lugar social do sujeito indígena é também assumido na posição sujeito enunciativo. As posições sujeito afirmam a identidade indígena e ajudam a desconstruir a imagem de que liderança é só exercida por homem. Assim, o ciberativismo permite desconstruir estereótipos,

mostrando a atuação da mulher indígena na luta por direitos indígenas e pela questão de gênero, evidenciando que a comunicação em ambiente digital veio para fortalecer a luta de grupo excluídos das pautas das mídias tradicionais.

O ciberativismo praticado por diversas mulheres indígenas no Facebook, bem como nas demais redes sociais, reforça, portanto, a importância de a mulher indígena se posicionar politicamente, uma vez que tal prática tornou-se ferramenta de luta por direitos e por visibilidade das causas indígenas perante a sociedade (vale destacar que até o presente levantamento de dados Sônia Guajajara e Célia Xakriabá possuíam mais de 30 mil seguidores na rede social). Essa atuação ganha força e dimensão para um movimento de cunho nacional e internacional, como foi o caso da *Jornada Sangue Indígena: Nenhuma gota a mais*, promovido em mais de sete países no período de outubro a novembro de 2019. A *Jornada* aconteceu por iniciativa da APIB, coordenada por Sônia Guajajara, cujo objetivo foi denunciar o descaso do Governo brasileiro atual para com os indígenas e promover medidas que pressionassem o Governo do presidente Jair Bolsonaro e as empresas do agronegócio para que cumprissem os acordos internacionais sobre mudança do clima e direitos humanos dos quais o Brasil é signatário – como o Acordo de Paris, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - que garante consulta livre, prévia e informada -, a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre direitos dos povos indígenas, a Declaração de Nova York sobre florestas, entre outros.

Referências

- AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. v. 5.
- BAUMHART, Raymond. **Ética em negócios**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1971.
- CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000.
- CASTELLS, Manuel et al. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. Philosophiques**, v. 9, n. 2, p. 239-264, 1982.
- FOUCAULT, Michel (1969). **A arqueologia do saber**. Trad. brasileira de Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FREIRE, Sergio. **Análise do Discurso: procedimentos metodológicos**. Manaus: Instituto Censur, 2014.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Clara Luz, 2004.
- HERNANDEZ, R. (Edit) **Etnografias e histórias de resistência. Mujeres indígenas, procesos organizativos y nuevas identidades políticas**. México: Centro de Investigaciones y Estudios em Antropologia Social: UNAM, Programa Universitário de Estudios de Género, 2008. 516 p.
- LUCIANO, Gersm dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- MONAGAS, Ângela Célia Sacchi. **União, luta, liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia Brasileira**. 2006. Tese de Doutorado. Tese. Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Antropologia. UFPE. Recife, PE, 2006. 245p.

MILHOMENS, Lucas. **Entendendo o Ciberativismo Sem Terra na Nova Esfera Pública Interconectada**. Dissertação de Mestrado. UFPB, 2009.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2002a.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. **Encontro da Compólitica**. Rio de Janeiro: 2011.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. **I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Cibercidades**. Bahia: 2003.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.

UGARTE, David de. **O poder das redes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VEGH, S. **Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank**. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003.